

destaque Pag. 8 e 9

ASSEMBLEIA FECHA CICLO AUTÁRQUICO COM PROMESSAS, HOMENAGENS, E SEM POLÍCIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal de Espinho reuniu pela última vez, no presente mandato autárquico, na noite de terça-feira. Na sessão, não foi votado o regulamento do funcionamento da Polícia Municipal de Espinho, o que significa, na prática, que a medida já não será apreciada neste mandato. Recorde-se que, na sessão anterior de 23 de setembro, a proposta de regulamento da nova força policial acabou retirada da ordem de trabalhos, por estarem em falta vários documentos obrigatórios à sua apreciação. Já quase em clima de campanha eleitoral, as bancadas despediram-se com críticas ao atual Executivo, com atenções voltadas para o sufrágio que se avizinha. Jorge Carvalho, vogal da CDU, que se despede de décadas dedicadas ao poder local, foi homenageado com um voto de louvor, aprovado por unanimidade.

cultura notícias Pag. 6

MIGUEL CARVALHO VEM A ESPINHO FALAR SOBRE A "FACE OCULTA" DA EXTREMA-DIREITA

O jornalista premiado apresenta novo livro, com material inédito e investigações do Público e da Visão

autárquicas 2025

Pag. 10 a 21

O QUE ESTÁ EM CAUSA PARA SILVALDE E PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL?

Leia, nesta edição, as propostas de todas as listas candidatas aos órgãos nas Autárquicas de 12 de outubro

desporto Pag. 24

"TIGRES" VENCEM DE FORMA FOLGADA NA DESLOCAÇÃO A ÁGUEDA

O SC Espinho marcou o ritmo do encontro desde cedo, fechando o resultado ainda na primeira parte

nascente



CINANIMA LEVA O CINEMA DE ANIMAÇÃO A 19 UNIVERSIDADES PORTUGUESAS

O CINANIMA nas Universidades está de regresso para a sua 11.ª edição e, ao longo do mês de outubro, vai levar 28 curtas-metragens de animação a 19 instituições de ensino superior, num total de cerca de 60 sessões gratuitas abertas à comunidade académica e ao público em geral.

A programação deste ano integra três blocos distintos: uma seleção de curtas-metragens premiadas na edição de 2024 do CINANIMA, filmes da Lodz Film School (Polónia) e obras da École Émile Cohl (França).

Entre os títulos em destaque no programa de premiados do festival realizado em Espinho está "A Crab in the Pool", curta canadiana vencedora do Prémio Melhor Argumento

e do Prémio Especial do Júri, realizada por Alexandra Myotte e Jean-Sébastien Hamel. Do lado português, a organização destaca "Pelas Costuras", distinguida com o Prémio Jovem Cineasta (mais de 18 e até 30 anos), assinada por Adriana Andrade, Luana Rodrigues e Daniela Tietzen. A mostra inclui ainda a curta checa "I Died in Irpin", de Anastasiia Falileieva, distinguida como Melhor Documentário Animado.

Criada em 2014, a iniciativa começou na Universidade do Porto e foi crescendo de forma sustentada, envolvendo atualmente 21 parceiros académicos em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas.

Em 2025, o Instituto de Artes Visuais, Design

e Marketing (IADE) junta-se pela primeira vez ao conjunto de instituições parceiras, reforçando a rede que já integra universidades situadas nas regiões de Aveiro, Coimbra, Minho, Algarve, Beira Interior, Madeira e Açores, assim como várias escolas superiores de artes e institutos politécnicos.

As sessões decorrem em locais como a Reitoria da Universidade do Porto, a Escola Superior de Artes e Design (Matosinhos), Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Politécnico da Guarda, a Universidade da Madeira, e os polos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta da Universidade dos Açores.

Júris nacionais e internacionais do CINANIMA vão avaliar 110 obras em competição

A 49.ª edição do CINANIMA - Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho, que decorre de 7 a 16 de novembro, contará com 110 obras em competição. Os filmes serão avaliados por cinco júris diferentes, que integram especialistas nacionais e internacionais do cinema de animação e de outras disciplinas artísticas, como a música ou a ilustração.

A principal novidade desta edição é a criação da competição internacional All Aboard, dedicada a novas linguagens e ao

diálogo entre estilos e gerações. Em estreia, esta secção reúne 16 filmes a concurso e será avaliada por três jurados portugueses: o cineasta espinhense Márcio Laranjeira, o designer e DJ também espinhense Ricardo Riscas e Sofia Faria, natural de São Paio de Oleiros e coordenadora do Museu do Papel Terras de Santa Maria.

Na competição internacional de curtas-metragens, que apresenta 30 filmes, o júri será composto por Agnè Adomènè, produtora criativa; Kaspar Jancis, realizador, compositor e cenógrafo; Leonel Vieira, realizador e produtor português; Lucija Mrzljak, realizadora croata; e Steve Woods, realizador e professor na Irlanda.

Já a competição internacional de longas-metragens, com cinco títulos em exibição,

terá como júri a realizadora norueguesa Kajsa Næss, o produtor português Luís da Matta Almeida e a jornalista e produtora musical norte-americana Nancy Denney-Phelps.

Para a competição internacional de filmes de estudantes, que apresenta 23 obras, o júri integra o animador Bruno Caetano, o cineasta e professor emérito Georges Sifianos e a ilustradora e realizadora Luca Tóth.

Por fim, a competição nacional - que atribui o Prémio António Gaio e os dois Prémios Jovem Cineasta Português (até 18 anos, e dos 18 aos 30 anos) - será avaliada pela jovem realizadora e animadora Adriana Andrade, pelo artista Menno de Nooijer e pelo compositor e músico norte-americano Nik Phelps.

PUB INST

 a maré chega todos os dias

Visite-nos em

www.mare-viva.pt



cultura agenda



3 A 24 DE OUTUBRO – MÚSICA
“Os Sons de Gaia 25”
 Auditório Municipal de Gaia
 21h30

O Auditório Municipal de Vila Nova de Gaia recebe em outubro o ciclo de concertos “Os Sons de Gaia”, que celebra a atividade filarmónica no concelho. A 3 de outubro atua a Banda Musical Levensense, a 10 a Sociedade Musical 1º de Agosto, a 17 a Banda Musical de Avintes em conjunto com a ACMA e, a 24, a Sociedade Filarmónica de Crestuma. Todos os concertos têm início às 21h30 e entrada gratuita.



4 DE OUTUBRO – TEATRO
“O que pode esta língua?”
 Teatro Nacional São João – TNSJ
 18h00

É em conversa que talvez melhor se avalie o poder de uma língua. O linguista Caetano W. Galindo e o jornalista do “Público”, Nuno Pacheco, põem a nossa língua à prova. Galindo é um dos dramaturgistas de “Língua Brasileira” e autor de “Latim em Pó: Um Passeio pela Formação da Nossa Língua”. Pediu de empréstimo a “Língua”, uma canção de Caetano Veloso, o título deste livro: “Flor do Lácio, sambódromo, Lusamérica, latim em pó./ O que quer, o que pode essa língua?”.



4 DE OUTUBRO – MÚSICA
La Traviata de G. Verdi
 Europarque – SM da Feira
 21h00

La Traviata, ou a desencaminhada, a partir da novela “A Dama das Camélias” de Alexandre Dumas, fala-nos do amor proibido da cortesã Violetta por Alfredo, acabando por expiá-lo com a própria morte. O estigma da mulher perdida, condenada socialmente. A tragédia de um amor que as amarras sociais e a doença fazem cair, com a música mais sublime. Nunca antes Verdi entrara na esfera tão íntima dos personagens. Um elenco de luxo e a encenação do actor e encenador David Pereira Bastos, que depois da sua aclamada encenação de “Suor Angelica” de Puccini, no Operafest 2023, abraça esta grande ópera de Verdi, sob a batuta do maestro Osvaldo Ferreira acompanhados pela Orquestra Filarmónica Portuguesa.



4 DE OUTUBRO – MÚSICA
Ludovico Ensemble
 Auditório de Espinho – Academia
 21h30

Paris era um grande centro para as artes do Barroco, atraindo grandes personalidades. A música francesa atravessava fronteiras e misturava-se com os estilos locais. O alemão Georg Philipp Telemann foi um dos compositores de maior sucesso do Barroco tardio. Visitou Paris em 1737, após vários anos de adiamento. Nessa altura, já tinha escrito obras para essa viagem, em especial, um conjunto de obras de câmara. Conhecidas como “Quartetos de Paris”, misturam as tradições do Barroco francês, alemão e italiano de uma forma magistral. Os contrastes, a fantasia e o virtuosismo juntam-se numa viagem à Paris de Luís XV, um dos maiores mecenas europeus.



5 A 12 DE OUTUBRO – EXPOSIÇÃO
A República no Feminino
 Centro Multimeios de Espinho

A partir do repto lançado pela Associação Mulher Migrante (AMM) para a realização de uma exposição sobre as mulheres da Primeira República, “A República no Feminino” recupera alguns textos do jornal/revista “Memória da República”, nomeadamente de Maria de Jesus Barroso e de Maria José Rita, personalidades portuguesas que muito contribuíram para a afirmação da mulher na vida democrática portuguesa, para apresentar um catálogo com rostos femininos da Primeira República, associando e evocando a figura de Maria de Jesus Barroso, uma feminista e humanista, que lutou pelos direitos cívicos e políticos das mulheres, sendo ela também um dos Rostos da República e da expressão da liberdade em Portugal e no Mundo.



5 DE OUTUBRO – MÚSICA
Inflexão
 Cineteatro António Lamoso
 16h30

O segundo disco da Banda Marcial do Vale, “Inflexão”, reflete a maturidade e a versatilidade do grupo. Da força da juventude à riqueza do repertório, este trabalho celebra a arte de crescer em harmonia, numa viagem entre o passado e o futuro de quem cresce em conjunto, compasso a compasso. Uma viagem sentida, onde cada acorde guarda histórias e cada silêncio anuncia recomeços.

cultura notícias

ESPINHO EVOCA MULHERES DA PRIMEIRA REPÚBLICA COM EXPOSIÇÃO NO MULTIMEIOS



De 5 a 12 de outubro, o Centro Multimeios de Espinho acolhe a exposição “A República no Feminino”, uma mostra que destaca o papel das mulheres na Primeira República. A inauguração está marcada para este domingo, às 16h00, numa data simbólica que assinala o aniversário da implantação da República em 1910.

A iniciativa resulta de um repto lançado pela Associação Mulher Migrante e recupera tex-

tos publicados no jornal/revista “Memória da República”, nomeadamente de Maria de Jesus Barroso e Maria José Rita, figuras centrais na afirmação da mulher na vida democrática portuguesa.

Promovida pelo Museu Municipal de Espinho, a exposição apresenta rostos femininos que marcaram a Primeira República e evoca em particular Maria de Jesus Barroso, feminista e humanista que dedicou a sua vida à

luta pelos direitos cívicos e políticos das mulheres. Reconhecida como um dos “Rostos da República”, a sua ação é recordada como expressão de liberdade em Portugal e no Mundo.

A mostra é acompanhada por um catálogo que reforça a valorização da memória feminina na história republicana.

Silvalde recebe III Festival de Folclore do Outono

No próximo dia 5 de outubro, a freguesia de Silvalde vai acolher a terceira edição do Festival de Folclore do Outono, promovendo um encontro que celebra a música, a etnografia e as tradições populares.

O programa festivo arranca às 10h00 com

a abertura de uma mostra de artesanato, licores, doces e tasquinha. Durante a tarde, às 15h15, realiza-se a sessão de abertura, marcada pela entrega de lembranças aos grupos participantes.

O ponto alto acontece às 15h45, com o desfile do festival de folclore e a atuação dos quatro grupos convidados: Rancho Folclórico Etnográfico Os Camponeses Varatojo (Tor-

res Vedras), Rancho Folclórico Etnográfico Pampilhosense GEDEPA (Mealhada), Grupo Folclórico do C.C.R. de Moreira de Cónegos (Guimarães) e Rancho Folclórico S. Tiago de Silvalde (Espinho).

O encerramento do evento dedicado à preservação e divulgação das tradições culturais está previsto para as 18h00.

Comunidade feirense convidada a integrar espetáculo sobre a fogaça

A comunidade do concelho de Santa Maria da Feira foi desafiada a participar na criação da performance “Que Som? Que Música? Só o Mundo – Fogaça, Voto e Memória”, integrada na programação cultural da Festa das Fogaças. O processo criativo decorrerá

entre outubro e dezembro e culmina com a apresentação da performance artística no Castelo da Feira, no dia 9 de janeiro, durante a Mostra de Fabrico da Fogaça. As inscrições estão abertas até 3 de outubro.

O projeto, dinamizado pelo autor e performer Diogo Divagações, assenta em nove sessões semanais, sempre às quintas-feiras, das 18h00 às 22h00, no Imaginarius Centro de Criação, complementadas por dois ensaios gerais. Esta oficina é aberta a todos os interessados a partir dos 16 anos, sendo

valorizada alguma experiência artística ou sensibilidade para a escrita e representação, sendo fundamental a disponibilidade para participar em todas as sessões agendadas.

A iniciativa pretende reunir participantes de diferentes gerações e experiências de vida, num percurso que revisita a tradição da fogaça e do voto a S. Sebastião. Entrevistas, registos sonoros e gestos partilhados convergem numa performance que dá corpo às vozes e transforma recordações em expressão poética e performativa.

Miguel Carvalho vem a Espinho apresentar livro sobre a “face oculta” da extrema-direita

No próximo dia 3 de outubro, às 21h30, a Biblioteca Municipal José Marmelo e Silva, em Espinho, recebe a apresentação do livro “Por Dentro do Chega – A face oculta da extrema-direita em Portugal”, da autoria do jornalista Miguel Carvalho. A sessão contará com a presença do autor e é organizada em parceria pelo município, pela Palavraria e pela editora Objectiva.

“Forjado no sensacionalismo mediático e em discursos polarizadores, o Chega tornou-se, em 2025, a segunda maior força parlamentar portuguesa” – contextualiza a sinopse da obra. O partido, que conquistou franjas do eleitorado descontentes com os partidos tradicionais, é retratado nesta obra como um projeto político marcado por “contradições, disputas internas, casos judiciais e ambições pessoais”.

O livro levanta questões centrais: quem financia o partido? Que redes internacionais o apoiam? Como convive com saudosistas da ditadura e grupos neonazis? Que estratégias lhe permitiram atrair eleitores de diferentes quadrantes políticos? Que correntes religiosas e ideológicas disputam influência dentro da estrutura? Miguel Carvalho recorreu a milhares de páginas de documentos inéditos e a mais de uma centena de entrevistas exclusivas com fundadores, financiadores, dirigentes e militantes para compor o retrato. O resultado é um mergulho nas entranhas da direita radical populista em Portugal e um olhar crítico sobre as consequências da



sua ascensão para o regime democrático. “A maioria dos capítulos é material inédito, fruto de documentos nunca antes divulgados e de entrevistas sobre momentos-chave da vida do Chega”, explica o autor, que durante mais de duas décadas assinou reportagens de fundo na revista “Visão” e venceu prémios como o Grande Prémio Gazeta e o Orlando Gonçalves de Jornalismo.

Com 752 páginas, Por Dentro do Chega é editado pela Objectiva e integra a coleção

de Política da Bertrand. A obra surge depois de outros trabalhos de investigação de Miguel Carvalho, como “Quando Portugal Ardeu”, “Amália – Ditadura e Revolução” e “A Última Criada de Salazar”. O lançamento em Espinho é apresentado como “uma lição de jornalismo de investigação, para uma literacia para a democracia”, sublinham os organizadores, que apelam à participação do público. A entrada é livre.

Bulhão Pato é Autor do Mês na Biblioteca Municipal de Gaia

No âmbito das comemorações do bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, a Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia dedica o mês de outubro de 2025 a um dos amigos e contemporâneos do escritor: Bulhão Pato (1828–1912).

Figura de relevo da literatura oitocentista, Bulhão Pato destacou-se como poeta, cro-

nista e homem de letras, reconhecido pelo estilo elegante e irónico, pela observação crítica da sociedade do seu tempo e pelo humor subtil que atravessa a sua obra. Em contraste com o tom mais dramático de Camilo, partilhou com o romancista tertúlias, ideias e uma amizade literária que marcou o panorama cultural da época.

A escolha de Bulhão Pato como “Autor do Mês” sublinha precisamente essa ligação e procura revalorizar um autor muitas vezes esquecido, mas cuja escrita permanece

atual. Inserida na rubrica “Um Mês, Um Livro”, a biblioteca destaca a coletânea Cantos e Sátiras, obra que revela o olhar mordaz e espirituoso do autor sobre a sociedade portuguesa do século XIX. Ao longo de outubro, a Biblioteca Municipal de Gaia convida os leitores a visitar o espaço, explorar o acervo disponível e redescobrir a obra de Bulhão Pato, num mês em que se celebra também a memória de Camilo Castelo Branco e da literatura portuguesa. O espaço funciona de segunda a sábado, entre as 09h00 e as 19h00.

Feira: Perlim e Mercado de Natal com candidaturas abertas até 6 de outubro

Estão abertas até 6 de outubro as candidaturas para as áreas alimentares de Perlim – Parque Temático de Natal e para os espaços do Mercado de Natal, que decorrerão entre 29 de novembro e 30 de dezembro, em Santa Maria da Feira. Na Quinta do Castelo, em Perlim, podem candidatar-se estabelecimentos legalmente habilitados para comércio ou serviços de restauração e bebidas em regime de street food. Serão selecionadas até 12 unidades. Mais informações podem ser solicitadas através do telefone 256 330 900

ou do e-mail p.envolver@feiraviva.com.

No Largo do Rossio, o Mercado de Natal destina-se a operadores de restauração e bebidas, comércio a retalho de produtos alimentares típicos da época, bem como artigos de artesanato, arte, religiosos, design ou vintage. Os interessados devem contactar mercadodenatal@feiraviva.com. Os regulamentos e fichas de inscrição estão disponíveis no site oficial de Perlim (www.perlim.pt).

A edição de 2024 de Perlim decorre entre 29 de novembro e 30 de dezembro, enquanto o Mercado de Natal terá a sua quarta edição consecutiva, integrando a programação natalícia da cidade.

PUB



Terra Viva Restaurante & Merceria BIO
Rua 27 Nº715 e 722
4500-287 Espinho

da terra



CERCIESPINHO PROMOVE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL NA PRAIA DE SILVALDE

Nos dias 4 e 25 de setembro, a praia de Silvalde recebeu duas iniciativas de remoção de chorões, numa ação conjunta da Cerciespinho, da Cooperativa Nascente – Departamento do Ambiente e da Junta de Freguesia de Silvalde.

As atividades contaram com a participação dos utentes do Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão (CACI) da Cerciespinho, que, de forma prática, contribuíram para a intervenção ambiental e para o aprofundamento do conhecimento sobre o ecossis-

tema local.

O objetivo passou pela erradicação do chorão, uma planta invasora que forma um tapete denso nas dunas e praias, reduzindo a biodiversidade. Apesar de ser vista por alguns como ornamental, a sua presença ameaça espécies autóctones que, além de protegerem as areias, oferecem maior diversidade e equilíbrio natural ao habitat.

As entidades envolvidas sublinham que a preservação da praia depende também de pequenos gestos individuais. “Se cada pessoa

que percorresse os passadiços arrancasse uma planta de chorão e a descartasse de forma adequada, estaríamos a multiplicar esforços e a tornar mais eficaz a erradicação desta espécie invasora”, referem os promotores.

Com estas ações, pretende-se sensibilizar a comunidade para a importância da participação ativa na proteção ambiental, demonstrando que “pequenos gestos podem resultar em grandes mudanças” na preservação das praias e da biodiversidade.

Ministério Público investiga faturas do betão da casa de Luís Montenegro

O Ministério Público está a analisar as faturas do betão utilizado na construção da casa do primeiro-ministro, fornecido pela construtora ABB, que mais tarde beneficiou de pareceres favoráveis do escritório de advogados de Luís Montenegro em obras municipais de Espinho.

Segundo o Expresso, as faturas foram en-

tregues em julho à Direção de Finanças do Porto, depois de solicitadas no final de maio. A investigação, que decorre há dois anos, incide também sobre a maior empreitada alguma vez realizada no concelho de Espinho.

A ABB, empresa de Barcelos, foi responsável pelo fornecimento do betão usado na habitação de Luís Montenegro e, em 2017, venceu um concurso público de 12 milhões de euros para uma obra municipal, cujo contrato foi assinado a 5 de maio desse ano. Na altura,

a Câmara de Espinho solicitou um parecer jurídico ao escritório de advogados de Montenegro, que acabou por validar a posição da construtora.

Questionado sobre o envio das faturas para o Ministério Público, o primeiro-ministro evitou responder nas primeiras abordagens dos jornalistas. Só à terceira tentativa aceitou reagir, sem, no entanto, esclarecer a situação.

Constitucional confirma perda de mandato de Eduardo Vítor Rodrigues

O Tribunal Constitucional rejeitou o último recurso interposto por Eduardo Vítor Rodrigues, confirmando de forma definitiva a condenação à perda de mandato do ex-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

A decisão, datada de 22 de setembro e publicada esta terça-feira na página oficial do TC, indeferiu a arguição de nulidade apresentada pelo antigo autarca socialista. Trata-se do terceiro chumbo consecutivo, depois de o Constitucional já ter confirmado, em decisão

sumária e em conferência, o acórdão da Relação do Porto.

Em novembro de 2023, o Tribunal de Vila Nova de Gaia condenou Eduardo Vítor Rodrigues por peculato de uso, determinando a perda de mandato e o pagamento de uma multa de 8.400 euros por utilização pessoal de um veículo elétrico adquirido por empresa municipal. A primeira instância condenou igualmente a sua mulher, mas a Relação do Porto viria a absolvê-la, mantendo apenas a perda da vantagem indevidamente obtida.

No caso do autarca, o Tribunal da Relação reduziu a multa para 4.800 euros, mas confirmou a pena acessória de perda de mandato.

Face a essa decisão, Eduardo Vítor Rodrigues apresentou sucessivos recursos para o Constitucional, agora definitivamente rejeitados.

O processo teve origem numa acusação do Ministério Público que sustentava que o então presidente da Câmara e a mulher decidiram “usar, como se fosse seu”, o veículo elétrico adquirido em 2017 por contrato de locação financeira celebrado pela empresa municipal, com um custo mensal de 614 euros.

Eduardo Vítor Rodrigues apresentou a renúncia ao cargo em junho deste ano, após a confirmação da condenação pela Relação do Porto. Nem ele nem a mulher prestaram declarações durante o julgamento.



CENTRO DE SAÚDE EM OVAR RECUSOU ATENDIMENTO A DOENTE COM SINTOMAS DE AVC

A Entidade Reguladora da Saúde concluiu que houve falhas graves no atendimento a um homem que procurou auxílio no Centro de Saúde de Ovar com sintomas de acidente vascular cerebral (AVC). O caso ocorreu em outubro de 2023 e envolveu a Unidade de Saúde Familiar (USF) Alpha, em Válega.

O doente apresentava sinais típicos de um AVC - boca de lado e dores de cabeça intensas -, mas não passou do balcão do secretariado. Por indicação da médica de família, o atendimento foi recusado e a secretária clí-

nica recomendou que o homem se dirigisse ao hospital pelos próprios meios. Sem alternativa, o utente percorreu 17 quilómetros por sua conta e risco até à urgência do Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, onde lhe foi diagnosticada Paralisia de Bell, uma condição neurológica que provoca paralisia súbita da face.

Na sequência da queixa apresentada pelo utente, a então ULS Região de Aveiro reconheceu a falha da equipa da USF Alpha, admitindo que não foram seguidas as melhores

práticas clínicas.

O ERS confirmou que o centro de saúde não registou o pedido de atendimento, não admitiu o doente, não assegurou a consulta e nem sequer contactou o INEM. Face ao sucedido, a entidade reguladora instaurou um processo de contraordenação e foi emitida uma instrução à ULS Entre Douro e Vouga, para garantir que os centros de saúde acionam de forma imediata o INEM, sempre que o quadro clínico o justifique ou indicie imprevisibilidade clínica.

Função pública tem greve convocada para 24 de outubro

No dia 24 de outubro os trabalhadores da administração pública foram convocados pela Frente Comum para uma greve geral, caso o Governo não melhore a proposta de valorização salarial, que prevê um aumento de 56,58 euros em 2026.

"Vamos promover uma greve que se vai realizar no dia 24 de outubro, greve nacional dos trabalhadores da administração pública, de 24 horas, se o Governo não chegar a um

ponto que permita uma assinatura [de um acordo] da estrutura mais representativa de trabalhadores, que somos nós", avançou o coordenador da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Sebastião Santana, a 26 de setembro.

Recorde-se que o Governo propôs um aumento de 56,58 euros em 2026 para quem recebe até aos cerca de 2.600 euros; 60,52 euros em 2027 e 2028, mantendo o que estava previsto no acordo assinado em 2024, e a extensão do acordo até 2029, com aumento também de 60,52 euros.

Para a Frente Comum, esta proposta "era

inaceitável quando foi colocada pela primeira vez, hoje ainda é mais inaceitável", tendo em conta o aumento do custo de vida.

"Nós continuamos com os mesmos salários, ou seja, estamos a promover um caminho de empobrecimento", vincou o coordenador da estrutura. Sebastião Santana acrescentou ainda que o Governo "tem todas as condições para inverter este processo" e até para "desmarcar esta greve": "Tem é de dar resposta e a resposta está muito longe de acontecer, pelo menos para já".

CLDS 5G Gaia Sul promove sessão de apoio a desempregados em Avintes

O CLDS 5G Gaia Sul vai realizar, no próximo dia 10 de outubro, uma sessão dedicada ao tema "Estou desempregado, e agora?". A iniciativa decorrerá entre as 14h00 e as 16h30, no Auditório da Junta de Freguesia de Avintes, localizado na Rua Escola Central.


A sessão dirige-se a desempregados ou pessoas que conheçam alguém nesta situação, residentes nas freguesias de Arcozelo,

Avintes, Canelas, S. Félix da Marinha, Grijó e Sermonde, Pedroso e Seixezelo, Sandim, Olival, Lever e Crestuma, ou Serzedo e Perosinho.


De acordo com a organização, o encontro pretende explorar os principais desafios que se colocam a quem perdeu o emprego, bem como a dar a conhecer recursos e apoios disponíveis para facilitar a reintegração profissional.

A participação é gratuita, mas sujeita à lotação do espaço. As inscrições estão abertas e podem ser efetuadas online através do preenchimento de um formulário.

PUB



Serviço Take Away
Rua 8 N°471 Espinho
(frente ao Casino)
Tel.: 22 734 0220



destaque



• A Assembleia Municipal de Espinho aprovou um voto de louvor a Jorge Carvalho, vogal da CDU que se despediu ontem de um percurso de quase cinco décadas no poder local

Joel de Oliveira

Foi o final de mais um ciclo. A Assembleia Municipal de Espinho reuniu na noite da passada terça-feira, 30 de setembro, naquela que foi a última sessão do presente mandato autárquico, por força do ato eleitoral de 12 de outubro próximo. Entre os vários tópicos abordados, destaque para a ausência da votação do regulamento de funcionamento da Polícia Municipal de Espinho, o que significa, na prática, que a medida já não será apreciada neste mandato.

Recorde-se que, na sessão anterior de 23 de setembro, a proposta de regulamento da nova força acabou retirada da ordem de trabalhos depois de Jorge Carvalho, da CDU, ter alertado para a falta de documentos obrigatórios – nomeadamente a deliberação formal da criação em sede de Reunião de Câmara e o mapa de pessoal. Perante a irregularidade, a presidente da mesa, Joana Devesas, decidiu adiar a votação para a sessão de ontem, que acabou por não a discutir. Com o fim do mandato, o tema ficará em aberto, e a incerteza paira ainda sobre a medida.

Nesta reunião, destaque para a apreciação da informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Espinho, relativa ao período de 1 de julho a 31 de agosto. Maria Manuel

Cruz destacou um conjunto de atividades realizadas no concelho durante o verão, entre as quais a comemoração do Dia da Criança, a viagem de finalistas e diversas iniciativas desportivas e lúdicas nas praias da cidade, num registo que descreveu como “período mais de férias”. O debate em torno do documento acabou, no entanto, por assumir contornos mais políticos. Bruno Morais, do Bloco de Esquerda, questionou a autarca sobre o atraso no pagamento das compensações aos cidadãos que integraram as mesas de voto nas últimas eleições, criticou a paragem das obras na envolvente da Academia de Música e contestou declarações da presidente num debate do Jornal de Notícias, em que esta garantira que todas as estações elevatórias estavam em funcionamento. “Sabemos que oito estão paradas e três em sobrecarga, a funcionar 24 horas por dia”, acusou.

Em resposta, Maria Manuel Cruz reconheceu desconhecer a situação dos pagamentos e admitiu que, em muitos atos eleitorais, os valores só chegam “nas vésperas da eleição seguinte”. Relativamente à Praça Carlos Morais Poeta, explicou que a empreitada esteve parada por férias da empresa e por uma divergência técnica na escolha das válvulas da rede de abastecimento, situação que obrigou à suspensão dos prazos e à substituição do material. A autarca garantiu que o problema

já foi resolvido e que a pavimentação final será feita em breve. Sobre as estações elevatórias, disse não ter informação sobre falhas. Jorge Carvalho, da CDU, aproveitou a sua última intervenção em sede de Assembleia Municipal – depois de quase cinco décadas de atividade política local – para recordar o percurso iniciado em 1976 e marcar distância em relação à presidente: “Não quero acabar a dizer mal da senhora presidente, portanto vou calar-me, porque também não posso dizer bem”.

Da parte do PSD, Nuno Almendra acusou o executivo de viver “na ilusão e na negação”, apontando “milhões desperdiçados em áreas-chave” e afirmando que a mensagem oficial da Câmara, que enaltecia requalificações, investimento recorde e contas em dia, “não corresponde ao estado atual do concelho”. Também Paulo Leite traçou um balanço “muito infeliz” do mandato, associando a gestão do PS à “tragédia” política provocada pela detenção do ex-presidente Miguel Reis, mas reconhecendo que a atual equipa enfrentou dificuldades inesperadas. Do lado socialista, Teixeira Lopes defendeu o legado do PS e criticou a oposição por “esquecer o contexto” e por “condenar politicamente” Miguel Reis antes do desfecho judicial do processo. Num momento de tensão, trocou acusações com Paulo Leite, que reiterou não ter julgado nin-

guém, mas sim questionado a opção do PS em não devolver a palavra aos espinhenses.

Já Abel Santos, também do PSD, optou por uma nota de balanço mais institucional, sublinhando a "convivência democrática" da Assembleia e saudando Jorge Carvalho pelo contributo ao longo dos anos. No fecho do debate, Maria Manuel Cruz rejeitou a ideia de um concelho "perdido" e garantiu que, apesar das dificuldades, o executivo conseguiu avançar com várias obras estruturantes e preparar projetos de requalificação em habitação e equipamentos. "Fizemos asneiras, como é óbvio, mas também fizemos coisas muito boas. Trabalhámos com coragem e dignidade, e o concelho está melhor do que estava quando cá cheguei", afirmou, despedindo-se com um agradecimento: "Obrigada, Espinho."

Homenagem a Jorge Carvalho fecha caminho de quase cinco décadas

Um dos momentos mais simbólicos da noite foi a despedida de Jorge Carvalho, histórico vogal da CDU que terminou o seu percurso político na Assembleia Municipal. A presidente da mesa, Joana Devezas, apresentou um voto de reconhecimento sublinhando a "coragem em levantar questões que muitas vezes não eram fáceis mas necessárias", a "procura constante pela transparência" e a preocupação em garantir que "as decisões deste órgão correspondessem sempre ao interesse público". Segundo Joana Devezas, "com Jorge Carvalho aprendemos que a crítica, quando feita com convicção e fundamento, é um acréscimo à democracia".

A dirigente acrescentou ainda que a sua participação deixa "uma marca que perdurará na história do concelho de Espinho", lembrando que a democracia local se constrói com diversidade, confronto de ideias e dedicação ao bem comum. O voto foi aprovado por unanimidade e seguido de uma salva de palmas. De pé, todos os deputados municipais aplaudiram o vogal da CDU, numa homenagem que conferiu à sessão uma nota de unidade rara neste mandato.

Plano Municipal de Saúde aprovado com reservas da oposição

Outro ponto em destaque foi a votação do Plano Municipal de Saúde de Espinho 2025-2030, apresentado pela vice-presidente da Câmara, Lurdes Rebelo. A autarca explicou que o documento resulta de um trabalho iniciado ainda antes da atual equipa assumir funções, com levantamento de determinantes de saúde, estudo da população em parceria com a Faculdade de Geografia da Universidade do Porto e definição de estratégias em conjunto com a nova Unidade Local de Saúde (ULS). Sublinhou ainda que várias medidas já estão em execução, com financiamento assegurado através do PRR, sobretudo na área da saúde mental.

O debate foi marcado por críticas da opo-

sição. Bruno Morais, do Bloco de Esquerda, questionou a ausência de orçamento próprio, alertando para disparidades territoriais no concelho e para a escassez de médicos de família. O bloquista defendeu o adiamento da votação até existir "um orçamento capaz de sustentar" o plano. Também Jorge Carvalho, da CDU, se mostrou cético: "Este plano é mais um do costume, para entreter o pessoal e criar expectativas, mas não resolve os problemas reais de saúde dos espinhenses". Apesar das críticas, acabou por se abster.

Do lado do PSD, Nuno Almendra alertou para a falta de clareza na aplicação de fundos do PRR e pediu detalhes sobre as medidas previstas para a saúde oral. Considerou ainda o documento "vago e pouco rico", por se centrar quase exclusivamente na saúde mental e prevenção, sem responder de forma abrangente ao envelhecimento da população.

Teixeira Lopes, do PS, contrapôs, defendendo que o essencial é avaliar se a política municipal de saúde é eficiente e ajustada às necessidades locais. "Não podemos estar a responsabilizar o executivo por falhas da política nacional de saúde", frisou, recordando que foi ainda no tempo de Miguel Reis que o PS lançou a ideia de um plano municipal de saúde.

A vice-presidente reiterou que o município não tem competências em matéria clínica, mas sim um papel de ponte e de prevenção, garantindo que equipamentos como o futuro Centro Integrado de Saúde da Marinha terão respostas específicas, incluindo consultas de saúde oral.

A proposta acabou aprovada, com votos favoráveis do PS e dos presidentes de junta, e abstenção de BE, PSD e CDU. Nas declarações de voto, o PS insistiu que os constrangimentos locais resultam de políticas nacionais, enquanto o BE criticou a ausência de dotação financeira: "Um plano sem orçamento é um plano sem compromisso".

Alteração do modelo jurídico da Lipor divide opiniões

A Assembleia Municipal apreciou também a proposta de alteração do modelo jurídico da Lipor, responsável pela gestão dos resíduos urbanos de oito municípios da Área Metropolitana do Porto. A necessidade de novos investimentos em equipamentos e a possibilidade de recurso a empréstimos levou a que se propusesse a transformação da associação de municípios numa empresa intermunicipal, mantendo-se o caráter exclusivamente público e municipal.

A proposta levantou reservas. Bruno Morais, do Bloco de Esquerda, alertou para os riscos de "jobs for the boys", defendendo que a passagem para uma estrutura empresarial poderá gerar "mais nomeações políticas e menos nomeações técnicas". O bloquista questionou ainda se a nova figura manterá a ligação às assembleias municipais e criticou a possibilidade de distribuição de lucros, considerando que "o atual modelo garante mais transparência e melhor defesa da natureza pública do serviço".

Jorge Carvalho, da CDU, embora crítico do momento escolhido – "em plena campanha eleitoral" –, acabou por votar favoravelmente. "Diria que a prudência mandaria aguardar pela nova Câmara e pela nova Assembleia. Mas se os oito municípios dizem unanimemente que o atual modelo não permite responder às necessidades de investimento, não posso ficar contra", afirmou. A proposta acabou por ser aprovada.

Intervenção do público denuncia bloqueio interno na Câmara

No período reservado à intervenção do público, Rosa Maria Ferreira de Sá regressou à Assembleia para expor um problema laboral que, segundo disse, se arrasta desde janeiro de 2024. A trabalhadora municipal relatou que, apesar de um despacho da presidente da Câmara a autorizar a sua mobilidade intercarreiras em agosto, a situação continua por regularizar.

"Verifico que o meu recibo de vencimento de setembro mantém a especialidade anterior. Quero perceber se a dirigente de recursos humanos tem mais poder que o executivo, porque não me parece que o contrário aconteça, e isso é muito estranho", afirmou.

Com quase 40 anos de serviço, Rosa Maria recordou o papel pioneiro que desempenhou na década de 1990 na informatização dos serviços autárquicos de Espinho – experiência que chegou a servir de exemplo a outros municípios. "Como é que chegamos a este momento em que o executivo emite despachos e o técnico não cumpre? Estamos a ser governados por técnicos ou por políticos?", questionou, sublinhando que este não seria o primeiro caso em que a dirigente em causa se sobrepunha às decisões camarárias.

PUB



autárquicas 2025



José Teixeira

“A Junta faz o melhor possível, com um orçamento curto”

José Teixeira recandidata-se à presidência da Junta de Freguesia de Silvalde pelo Partido Socialista, após dois mandatos à frente da autarquia. Com um percurso marcado pela “proximidade à população e pelo envolvimento no associativismo local”, o candidato sublinha que a sua “experiência e o conhecimento profundo da freguesia” lhe dão a confiança para enfrentar um novo ciclo. Entre as suas principais propostas estão a valorização do espaço público, a implementação de programas sociais para seniores, o apoio a jovens e famílias e a cooperação com a Câmara Municipal para garantir melhores recursos e maior eficácia na resposta às necessidades locais.

Que leitura geral lhe merece o atual estado da freguesia?

Silvalde é uma freguesia com grande potencial, património e identidade própria, mas enfrenta desafios em limpeza urbana, manutenção de espaços públicos e organização do território. Existe necessidade de reforçar a segurança, otimizar a mobilidade e garantir maior proximidade da Junta à população, de forma a responder rapidamente e eficazmente aos problemas locais.

Do ponto de vista social, quais deverão ser as preocupações de Silvalde?

A prioridade social deve passar pelo apoio à população sénior, combatendo o isolamento e promovendo o envelhecimento ativo. É essencial implementar programas de proximi-

dade, incentivar o voluntariado e criar redes de apoio com instituições e IPSS. A inclusão de jovens com necessidades especiais e o reforço de iniciativas de apoio escolar e comunitário contribuem para uma freguesia mais coesa e solidária.

No que ao espaço público diz respeito, que medidas estão pensadas para assegurar uma melhoria do seu usufruto pelos cidadãos?

Prevê-se manutenção regular de ruas, jardins e passeios, assegurando limpeza, segurança e acessibilidade. A requalificação de espaços urbanos e a valorização de áreas verdes reforçam o conforto e a qualidade ambiental. Apesar de a Junta de Silvalde estar limitada pelo financiamento da Câmara, faz-se o melhor possível com um orçamento curto. Torna-se necessário maior investimento do executivo camarário para melhor servir a freguesia.

No campo económico, que lacunas identifica, e como pretende intervir?

Silvalde precisa de um desenvolvimento estratégico que envolva comércio, turismo e iniciativas culturais. A Junta deve solicitar mais competências à Câmara Municipal para responder a problemas locais, como o estacionamento em dias de feira e a gestão na época de verão. A cooperação com instituições e a valorização da força coletiva permitem criar condições para dinamizar a economia local e apoiar projetos comunitários.

Que avaliação faz da realidade cultural e do tecido associativo local?

A freguesia possui associações culturais, artísticas e educativas fortes, mas requer maior apoio institucional e visibilidade. Pretendemos fomentar a participação intergeracional, apoiar eventos e festas locais, promover atividades para jovens e seniores e fortalecer a identidade cultural da freguesia através de projetos inovadores e inclusivos.

Quais serão as prioridades da sua equipa, caso venha a vencer o ato eleitoral de 12 de outubro?

As nossas prioridades centram-se na valorização do espaço público e ambiental, manutenção de ruas, jardins e frente marítima; implementação de programas sociais e de proximidade para seniores; apoio a jovens e inclusão de necessidades especiais; reforço de competências da Junta para melhorar a resposta a problemas locais, como estacionamento; cooperação constante com a Câmara Municipal, de maneira a que as verbas sejam ajustadas para o melhor funcionamento dos serviços da Junta; promoção da cultura, eventos comunitários e identidade local; e construção de uma freguesia aprazível, com qualidade de vida, saúde e bem-estar, valorizando a força coletiva e a participação ativa dos cidadãos.



Francisco Moreira

“Silvalde precisa de uma liderança que cuide, que escute e que construa com todos”

Francisco Moreira é candidato do PSD à presidência da Junta de Freguesia de Silvalde nas Autárquicas de 12 de outubro. Assume que a freguesia vive um “momento crítico”, marcado pela perda da Bandeira Azul, pela degradação do espaço público e pela “estagnação” económica. Apresenta-se com o compromisso de agir com proximidade e transparência, colocando como prioridades a requalificação das infraestruturas, a revitalização da frente marítima, o combate ao envelhecimento e isolamento da população e o incentivo ao comércio e ao associativismo local.

Que leitura geral lhe merece o atual estado da freguesia?

A freguesia de Silvalde encontra-se atualmente num estado que exige atenção urgente e ação estratégica. Apesar da sua forte identidade cultural e do envolvimento da comunidade em iniciativas locais, são visíveis sinais de degradação que afetam diretamente a qualidade de vida dos residentes e a imagem da freguesia. As estradas apresentam um estado de conservação preocupante, os passadiços costeiros estão em mau estado e a perda da Bandeira Azul na praia é um retrocesso significativo. A falta de limpeza regular transmite uma sensação de abandono, agravada pela saída de jovens e envelhecimento da população. É tempo de devolver a Silvalde o cuidado, o orgulho e a ambição que merece.

Do ponto de vista social, quais deverão ser as preocupações de Silvalde?

A primeira grande preocupação é o envelhecimento da população, que exige reforço de serviços de proximidade, combate à solidão e promoção de convívio. Depois, é preciso

apostar nos jovens, criando espaços de participação e oportunidades que os motivem a permanecer na freguesia. Também a habitação é uma questão central: existem zonas degradadas que devem ser alvo de políticas de reabilitação e apoio ao arrendamento, para atrair famílias e revitalizar o tecido urbano. Com liderança comprometida e escuta ativa, é possível transformar estas preocupações em oportunidades de renovação social.

No que ao espaço público diz respeito, que medidas estão pensadas para assegurar uma melhoria do seu usufruto pelos cidadãos?

A prioridade é requalificar estradas e passadiços, garantindo segurança e acessibilidade. A limpeza urbana terá de ser reforçada, com manutenção regular de jardins e zonas verdes. A frente marítima deve ser revitalizada, com vista a recuperar a Bandeira Azul e devolver a atratividade à praia de Silvalde, através de melhores acessos e equipamentos balneares. O espaço público deve refletir o orgulho da comunidade e tornar-se um cartão de visita para residentes e visitantes.

No campo económico, que lacunas identifica, e como pretende intervir?

O comércio tradicional está em estagnação e os jovens empreendedores não encontram estímulos para investir em Silvalde. Pretendemos criar campanhas de valorização do comércio local, dinamizar feiras temáticas e desenvolver uma “Marca Silvalde” que destaque a identidade da freguesia. A ausência de espaços de inovação é outra lacuna: a criação de um polo de empreendedorismo, com apoio técnico e ligação a fundos europeus,

pode atrair talento e gerar novos projetos. A articulação com escolas e associações será crucial para envolver os mais jovens e impulsionar a economia local.

Que avaliação faz da realidade cultural e do tecido associativo local?

Silvalde tem tradições fortes, como o Rancho Folclórico, a Banda Musical e a Arte Xávega, que devem ser valorizadas como património cultural e turístico. O tecido associativo é resiliente, mas carece de renovação e de mais envolvimento juvenil. Muitas coletividades funcionam com dificuldades e falta de espaços adequados. Defendemos uma política cultural estruturada, com um plano de apoio às associações, incentivos à modernização e criação de um Conselho Local da Cultura e do Associativismo, para promover diálogo e projetos conjuntos.

Quais serão as prioridades da sua equipa, caso venha a vencer o ato eleitoral de 12 de outubro?

As prioridades passam por intervir rapidamente nos casos mais críticos, sempre com proximidade e escuta ativa. Vamos requalificar infraestruturas degradadas, devolver a Bandeira Azul à praia de Silvalde, reforçar programas sociais para idosos, atrair jovens e novas famílias com políticas de habitação e criar condições para dinamizar o comércio e o associativismo local. O compromisso é gerir com transparência, rigor e responsabilidade, cuidando da freguesia e construindo soluções com todos.



**Maria de La Salette
Brito de Oliveira**

“Silvalde não pode viver em silêncio: é preciso transparência, habitação digna e união”

Maria de La Salette Brito de Oliveira, 61 anos, operária têxtil, é natural e residente em Silvalde. Candidata da CDU à Assembleia de Freguesia, afirma-se como voz ativa contra o que considera “falta de comunicação e de prestação de contas” da Junta à população. Defende que a freguesia precisa de transparência, habitação social a custos controlados, mais transportes e um espaço público valorizado. No seu programa, destaca ainda a defesa da zona da Nave como pulmão verde de Espinho, a aposta em emprego ligado às novas tecnologias e a criação de uma estrutura cultural que descentralize eventos para Silvalde.

Que leitura geral lhe merece o atual estado da freguesia?

Silvalde é uma freguesia partida em dois bocados distantes – litoral e nascente – e isso sente-se. Temos o mau enterramento da linha férrea, o estado calamitoso da EN 109 e o encerramento de um dos postos de saúde da freguesia como perdas pesadas. A isto soma-se a falta de comunicação da Junta com as populações, a ausência de prestação de contas e uma reivindicação frágil junto da Câmara. Tudo isto tem de mudar com mais transparência e participação.

Do ponto de vista social, quais deverão ser as preocupações de Silvalde?

A primeira é o escândalo do fecho do posto de saúde da Marinha, que não pode ser esquecido. Precisamos de habitação social e a preços controlados, e a zona do Formal seria excelente para isso, permitindo ligar o litoral à zona nascente e atrair jovens. É também fundamental remodelar os bairros sociais

degradados. Silvalde pode ajudar o concelho a fixar população ativa com emprego na sua zona industrial, nomeadamente em novas tecnologias. E, por último, precisamos de transportes urbanos modernos e eficazes que garantam o direito à mobilidade de qualquer silvaldense.

No que ao espaço público diz respeito, que medidas estão pensadas para assegurar uma melhoria do seu usufruto pelos cidadãos?

Defendemos a criação do pulmão verde de Espinho, na zona da Nave, até à lagoa de Paramos, com circuitos de manutenção, caminhos pedestres e zonas de lazer. A ribeira de Silvalde deve ser limpa, despoluída e devolvida à comunidade. Na frente marítima, queremos renovar as estruturas da Companhia, em colaboração com a Docapesca, criando local de vendagem ligado ao Museu de Espinho e descentralizando eventos para a praia de Silvalde. Já a zona nascente precisa de mais cuidado: estradas, ajardinamento, limpeza e espaços verdes desde Gulhe até à rua 33.

No campo económico, que lacunas identifica, e como pretende intervir?

A zona industrial da freguesia, a maior do concelho, tem de ser definida e consolidada. Tem capacidade para criar novos empregos em setores ligados ao ambiente e às novas tecnologias, sem esquecer o apoio às empresas tradicionais. A urbanização do Formal com habitação a custos controlados, através de regulamentos adequados, pode atrair jovens e famílias, ajudando a revitalizar Silvalde e todo o concelho.

Que avaliação faz da realidade cultural e do tecido associativo local?

Silvalde tem uma vida associativa forte, com agrupamentos muito reconhecidos, mas precisa de mais apoios. O associativismo deve ser apoiado não apenas com subsídios, mas também com apoio técnico para melhorar a sua qualidade e capacidade de intervenção. Defendemos a construção de uma estrutura cultural que permita acolher eventos descentralizados da cidade e de fora, especialmente nas artes do palco. Tal como no desporto defendemos duas estruturas – uma a poente e outra a nascente –, também na cultura queremos criar novas condições para dar visibilidade ao talento local.

Quais serão as prioridades da sua equipa, caso venha a vencer o ato eleitoral de 12 de outubro?

A prioridade é abrir a Junta à população, ouvindo interesses, prestando contas e negociando com a Câmara de forma leal e transparente. Defendemos planos de proteção das populações ribeirinhas, pressão sobre a Câmara e Governo para resolver o mau enterramento da linha férrea e a requalificação da EN 109, que deve unir e não dividir a freguesia. Queremos também valorizar o património silvaldense, piscatório, agrícola e industrial, e dar mais produtividade aos serviços da Junta, valorizando os seus trabalhadores. O futuro de Silvalde exige clareza, participação e respeito pela sua identidade.



Ana Moreira

“Silvalde precisa de soluções concretas, habitação digna e uma Junta próxima das pessoas”

Ana Moreira, 59 anos, é candidata do Chega à Assembleia de Freguesia de Silvalde. Define-se como uma candidata comprometida com uma gestão transparente e focada em respostas práticas às necessidades da população. No seu programa, destaca a requalificação habitacional – com prioridade para o Bairro Piscatório e imóveis devolutos –, a aposta em políticas sociais que apoiem idosos e famílias, a valorização dos jovens e a dinamização económica através do comércio local e do turismo sustentável.

Que leitura geral lhe merece o atual estado da freguesia?

Silvalde é uma freguesia com enorme potencial, mas marcada por problemas estruturais que exigem resposta urgente. A falta de manutenção nos espaços públicos, a degradação habitacional, especialmente em zonas como o Bairro Piscatório, e a insuficiência nos transportes, saúde e educação refletem anos de adiamentos. É tempo de agir com proximidade, planeamento e compromisso real com a população.

Do ponto de vista social, quais deverão ser as preocupações de Silvalde?

Silvalde deve centrar-se em três preocupações essenciais: habitação digna e acessível, garantindo que todas as casas tenham acesso a saneamento básico; apoio às famílias e idosos, com programas intergeracionais, reforço da Unidade de Saúde Familiar e valorização dos cuidadores informais; e inclusão dos jovens na vida comunitária, com espaços próprios, atividades culturais e oportu-

nidades de participação cívica. Também é fundamental reforçar a ligação ao emprego e à formação, através de parcerias com empresas locais, estágios e apoio ao empreendedorismo jovem. Manter os jovens na terra é garantir-lhes futuro, voz e oportunidades.

No que ao espaço público diz respeito, que medidas estão pensadas para assegurar uma melhoria do seu usufruto pelos cidadãos?

Queremos implementar um plano de manutenção contínua, com equipas dedicadas à limpeza urbana, corte de vegetação, reparação de mobiliário degradado e requalificação de espaços verdes e de lazer. Vamos criar zonas de sombra, bancos e acessos seguros, sobretudo junto às escolas, à Unidade de Saúde Familiar e no passeio marítimo da praia do Bairro Piscatório. É também essencial envolver a comunidade através de programas de voluntariado e parcerias locais para cuidar e valorizar os espaços comuns.

No campo económico, que lacunas identifica, e como pretende intervir?

Silvalde enfrenta fragilidades económicas: falta de apoio ao comércio tradicional, poucos incentivos ao empreendedorismo e escassa ligação entre formação e emprego. Propomos criar um Gabinete de Apoio ao Comércio Local, dinamizar mercados e reforçar parcerias com associações. Defendemos a requalificação de imóveis devolutos para habitação de renda acessível, fixando jovens e revitalizando zonas degradadas. A zona

costeira deve ser motor de desenvolvimento económico, cultural e turístico, mas sempre de forma sustentável e participada. Uma das propostas prioritárias será a criação de um Museu da Arte Xávega Interativo, como polo cultural e gerador de turismo.

Que avaliação faz da realidade cultural e do tecido associativo local?

Silvalde tem uma realidade cultural rica, mas dispersa. Faltam apoios consistentes e espaços adequados para ensaios, eventos e atividades regulares. Queremos uma Junta que seja parceira, promotora e facilitadora, criando um calendário cultural anual e apoiando as associações com os recursos que precisam para desenvolver o seu trabalho.

Quais serão as prioridades da sua equipa, caso venha a vencer o ato eleitoral de 12 de outubro?

As prioridades passam por reforçar a limpeza urbana e a manutenção dos espaços públicos, com destaque para o Parque da Cidade, o passeio marítimo e os bairros mais afetados. Iniciar a requalificação habitacional, começando pelo Bairro Piscatório e pelo levantamento dos imóveis devolutos, será uma medida urgente. Vamos ainda negociar com a Câmara Municipal intervenções essenciais, como a requalificação das escolas, a melhoria da Unidade de Saúde Familiar, a segurança rodoviária da Nacional 109 e a expansão da rede de transportes públicos.



Rúben Pinhal

“Silvalde deve cuidar das pessoas, valorizar as tradições e construir um futuro mais justo”

Rúben Pinhal, professor universitário e investigador, é candidato da Iniciativa Liberal à Assembleia de Freguesia de Silvalde. Natural do Bairro Piscatório, cresceu em contacto direto com a realidade local e afirma conhecer bem as necessidades e expectativas da população. Na sua candidatura, defende uma estratégia que combina requalificação do espaço público, reforço da identidade cultural e associativa, estímulo ao comércio e apoio direto às famílias. Entre as propostas em destaque estão a instalação de um coreto multifuncional, a requalificação da Escola Domingos Capela, a redução gradual da carga fiscal e o investimento em programas sociais de proximidade.

Que leitura geral lhe merece o atual estado da freguesia?

Silvalde é uma freguesia com identidade própria, mas que tem sido deixada para trás em relação ao concelho. O espaço público apresenta sinais de degradação, com ruas e passeios em mau estado e vários buracos na estrada que colocam em causa a segurança dos cidadãos. A Escola Domingos Capela permanece sem a requalificação de que necessita e várias tradições locais foram perdendo destaque. A falta de articulação entre a Junta, a Câmara e as associações fez com que muitas oportunidades se perdessem. Silvalde tem condições para ser uma freguesia de referência, mas precisa de liderança que saiba valorizar as suas escolas, reforçar a ligação à comunidade e apostar nas tradições como parte integrante do futuro.

Do ponto de vista social, quais deverão ser as preocupações de Silvalde?

O envelhecimento da população exige respostas concretas, como o transporte solidário, programas de envelhecimento ativo e o combate ao isolamento. É igualmente essencial apoiar famílias jovens, através de incentivos à natalidade e melhores acessos.

A inclusão de pessoas com deficiência deve ser prioridade, garantindo acessibilidades e transportes adaptados. Mas o social também se faz de vida comunitária, através das rusgas, do futebol popular e das festas locais. Estes momentos reforçam laços entre vizinhos e criam um verdadeiro sentimento de pertença. É este equilíbrio entre apoio social direto e dinamização comunitária que permitirá uma freguesia mais coesa e mais próxima das pessoas.

No que ao espaço público diz respeito, que medidas estão pensadas para assegurar uma melhoria do seu usufruto pelos cidadãos?

O espaço público precisa de ser requalificado de forma sistemática, começando pelos passeios e acessos mais degradados. É prioritário reparar estradas e eliminar buracos, garantindo maior segurança na circulação. A limpeza regular de ruas, jardins e espaços comuns será reforçada, porque uma freguesia limpa transmite cuidado e respeito pelos seus habitantes. Um dos projetos emblemáticos será a instalação de um coreto, que funcionará não apenas como equipamento cultural, mas também como espaço para concertos, teatro, aulas comunitárias, convívios e atividades que promovam integração. Queremos transformar o espaço público num polo de cultura, lazer e bem-estar.

No campo económico, que lacunas identifica, e como pretende intervir?

Silvalde tem comércio e pequenos negócios que precisam de estímulo para sobreviver e crescer. Propomos a redução gradual do IMI e da derrama, medidas que aliviarão a carga fiscal e darão mais fôlego à economia local. A dinamização de feiras e eventos culturais e desportivos será também fundamental para atrair famílias às ruas e reforçar a ligação entre comércio e comunidade. O futebol popular, por exemplo, pode ser mais do que

uma tradição: pode tornar-se uma alavanca económica, criando movimento para cafés, restaurantes e pequenos negócios. Queremos uma economia de proximidade viva, sustentável e visível.

Que avaliação faz da realidade cultural e do tecido associativo local?

Silvalde tem um tecido associativo muito ativo, que é a verdadeira força cultural da freguesia. Bandas, coletividades, grupos desportivos e culturais mantêm viva a nossa identidade, muitas vezes com recursos escassos. O que falta é um apoio consistente, transparente e próximo. Queremos facilitar o acesso a apoios logísticos e financeiros e integrar as associações numa agenda cultural mais ampla. O coreto será também palco destas iniciativas, reforçando tradições como as rusgas e dando visibilidade ao trabalho das coletividades. A cultura e o associativismo são património vivo de Silvalde e devem ser tratados com a dignidade que merecem.

Quais serão as prioridades da sua equipa, caso venha a vencer o ato eleitoral de 12 de outubro?

As nossas prioridades são claras: requalificar a Escola Domingos Capela, melhorar o espaço público e instalar o coreto como símbolo cultural e comunitário. Vamos cuidar das ruas e passeios, eliminar buracos nas estradas e reforçar a limpeza regular. Apoiaremos tradições que unem a freguesia, como as rusgas e o futebol popular, dando-lhes mais protagonismo. No plano social, implementaremos programas de envelhecimento ativo, transportes solidários e incentivos à natalidade. No plano económico, reduziremos a carga fiscal e dinamizaremos o comércio de proximidade através da ligação à cultura e ao desporto. Queremos uma freguesia que cuida das pessoas, valoriza as tradições e constrói um futuro mais dinâmico e justo.



Cristiano Maganinho

“Silvalde precisa urgentemente de uma nova energia, de proximidade e de concretização”

Cristiano Maganinho, de 33 anos, é candidato do Movimento Independente “É por Espinho” à Assembleia de Freguesia de Silvalde. Bombeiro profissional no concelho de Espinho, cresceu no Bairro Piscatório e mantém uma ligação próxima à comunidade, através do voluntariado e do associativismo.

Que leitura geral lhe merece o atual estado da freguesia?

A leitura que faço do atual estado da freguesia é de estagnação. É o tema do dia e está na boca de todos os silvaldenses: há necessidades identificadas, algumas realizadas, outras que se iniciaram mas não tiveram continuidade, outras que nunca se concretizaram e que também não houve uma exposição, esclarecimento ou respostas às pessoas. Essa ausência de soluções criou lacunas no dia-a-dia da nossa comunidade e levou muitos ao desânimo. O que sinto é que a freguesia precisa urgentemente de uma nova energia, de juventude, de uma gestão próxima, capaz de ouvir, decidir e concretizar.

Do ponto de vista social, quais deverão ser as preocupações de Silvalde?

As nossas maiores preocupações passam por duas frentes muito claras: os jovens e os idosos. Queremos criar condições para que os jovens se fixem na freguesia, melhorando os nossos bairros e, em articulação com a Câmara, encontrar soluções de arrendamento acessível. Uma creche é uma prioridade urgente – permitiria que as famílias tivessem mais tempo juntas e, sobretudo, que os jovens não fossem obrigados a abandonar a freguesia. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer os nossos idosos. São a nossa memória e a nossa história, mas infelizmente estão esquecidos. Precisam de uma junta de freguesia próxima, atenta e disponível para responder às suas necessidades diárias.

No que ao espaço público diz respeito, que medidas estão pensadas para assegurar uma melhoria do seu usufruto pelos cidadãos?

Há muito trabalho por fazer. Os arruamentos e passeios precisam de ser arrançados e mantidos limpos, sempre. Queremos espaços verdes cuidados, limpos e atrativos, para que sejam realmente vividos pelas famílias. O parque da cidade, que está inserido na nossa freguesia, precisa urgentemente de melhoramentos, assim como a ribeira de Silvalde, sobretudo junto ao desaguar no Bairro da Marinha, que exige maior atenção.

Além disso, toda a zona do passadiço carece de intervenções que valorizem o espaço, e temos de repensar a esplanada que atravessa a freguesia, criando algo diferente, inovador e que traga vida e movimento a Silvalde. O espaço público é a sala de estar de todos nós, e merece mais cuidado e visão de futuro.

No campo económico, que lacunas identifica, e como pretende intervir?

As lacunas são claras: falta dinamismo e falta ligação entre a junta, o comércio e as empresas locais. Este problema tem de ser resolvido em “ponte”, criando proximidade com o nosso comércio e, sobretudo, com as empresas de Silvalde, algumas delas já verdadeiras referências internacionais. Nada melhor do que apoiar o comércio ajudando-o a dinamizar os seus produtos, promovendo demonstrações, feiras e levando o nome da freguesia a eventos como o Encontro Anual de Turismo do Norte.

É fundamental desenvolver a economia local para não deixar fugir os jovens, mostrando-lhes que em Silvalde é possível viver com dignidade, trabalhar e construir futuro.

Que avaliação faz da realidade cultural e do tecido associativo local?

Silvalde é um potencial cultural imenso, desde as primeiras gentes que aqui viveram até aos dias de hoje. Somos uma freguesia rica em história da terra e em história do mar, e é preciso saber entendê-la e ligá-la no tempo e no espaço. Infelizmente, noto claramente que têm existido favorecimentos a algumas associações e instituições, o que reprovoo.

O meu compromisso é unir, ligar todas as forças vivas da freguesia, criando um espaço único onde todos possam estar, envolver-se e desenvolver projetos em conjunto. Silvalde precisa e merece um espaço digno de todos e para todos, onde a cultura seja verdadeiramente o ponto de encontro da nossa comunidade.

Quais serão as prioridades da sua equipa, caso venha a vencer o ato eleitoral de 12 de outubro?

As prioridades serão, antes de mais, entender o que foi feito até agora, o que não foi feito e desenvolver respostas rápidas para as necessidades mais urgentes. Vamos trabalhar na imagem de Silvalde, começando pela limpeza e pela organização da freguesia, que hoje se apresenta desarrumada e causa desânimo a quem cá vive e a quem nos visita. Este será o nosso ponto de partida, e será tratado de imediato.

Mas, acima de tudo, queremos devolver voz às pessoas, mesmo após as eleições e sempre. Um presidente de Junta não pode ter horário para resolver os problemas da freguesia. Estarei sempre disponível, com a minha equipa, para ouvir, apoiar e encontrar soluções. Será para nós uma missão digna e respeitosa, porque governar Silvalde é servir as nossas gentes.



José Luís Peralta

“A Assembleia deve ser a casa da democracia local, próxima das pessoas e firme na fiscalização”

José Luís Peralta, 69 anos, médico pediatra, cresceu e viveu em Espinho, onde construiu família e uma carreira dedicada ao cuidado de milhares de crianças e famílias. Com experiência autárquica em freguesias, na Assembleia Municipal e na Assembleia Metropolitana do Porto, apresenta-se agora como candidato do Partido Socialista à presidência da Assembleia Municipal de Espinho. Assume o compromisso de liderar uma instituição mais próxima dos cidadãos, firme na fiscalização e promotora de consensos que sirvam o futuro do concelho.

Que balanço faz da atuação da Assembleia Municipal no último mandato? Considera que cumpriu plenamente o seu papel de fiscalização e debate político?

Não tendo integrado a Assembleia Municipal, não me cabe avaliar detalhadamente o mandato anterior. Reconheço, porém, que foi um período marcado por dificuldades excepcionais que condicionaram a vida autárquica. Ainda assim, a Assembleia cumpriu o essencial da lei. Destaco a postura da Mesa e da atual presidente, que mantiveram a dignidade política e o respeito institucional. O meu objetivo é dar um novo impulso: mais debate, escrutínio e proximidade com os espinhenses.

Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios de Espinho no próximo mandato, e como deve a Assembleia Municipal contribuir para os enfrentar?

A Assembleia Municipal deve ser a casa da democracia local, equilibrando executivo e cidadãos, criando consensos e exigindo resultados. Espinho enfrenta desafios claros: habitação, recuperação de edificado devoluto, fixação de jovens e atração de famílias; espaço público digno – ruas, passeios, jardins, iluminação e resíduos; e serviços de saúde reforçados, especialmente nas freguesias. É também crucial promover a intergeracionalidade. A Assembleia deve aprovar instrumentos de planeamento e fiscalizar a sua execução, garantindo resultados concretos e confiança na política local.

Em termos de transparência e participação cívica, que medidas defende para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos?

A Assembleia só faz sentido se estiver próxima das pessoas. Transparência e participação devem ser práticas permanentes: sessões descentralizadas, transmissão online, atas publicadas atempadamente. É essencial envolver os cidadãos em fóruns e assembleias temáticas sobre mobilidade, saúde ou habitação, valorizando projetos como a Assembleia Jovem, integrando mais escolas e transformando propostas em decisões concretas. A Assembleia que proponho será clara, próxima, viva e ligada às pessoas.

Espinho enfrenta desafios em áreas como habitação, mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico. Em qual destas áreas considera que a Assembleia deve assumir maior protagonismo e porquê?

A Assembleia não constrói casas nem cria empresas, mas deve exigir que isso aconteça com visão e prioridade. Destaco a habitação: sem habitação acessível não há rejuvenescimento populacional nem futuro para o concelho. Mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico estão interligados e exigem coerência. Proponho criar uma figura similar a um Provedor do Município para ligar cidadãos e poder político, resolvendo pequenas queixas com proximidade e atenção. A Assembleia deve ser a voz firme que garante resposta às necessidades reais dos espinhenses.

Se for eleito, quais serão as suas prioridades de intervenção na Assembleia Municipal durante o próximo mandato?

As prioridades assentam no exercício democrático do poder local, na garantia da governabilidade da Câmara e na fiscalização rigorosa e transparente da sua atividade. Comprometo-me a construir uma Assembleia próxima, exigente e firme: descentralizando reuniões, promovendo participação ativa e fiscalizando sem tibiezas. Procurar consensos, mas nunca acomodar-se à falta de resultados. Espinho precisa de uma Assembleia que distinga trabalho político de espetáculo vazio e esteja à altura da ambição que os espinhenses têm para o concelho.



Lurdes Ganicho

“A Assembleia deve ser um verdadeiro fórum de cidadania, próximo das pessoas e útil a Espinho”

Lurdes Ganicho é candidata do Partido Social Democrata à presidência da Assembleia Municipal de Espinho. Apresenta-se com a ambição de reforçar o papel deste órgão como espaço de debate plural, transparente e representativo, onde a fiscalização se traduza em contributos concretos para o desenvolvimento do concelho. No centro das suas prioridades estão a habitação acessível, a valorização das freguesias e a abertura da Assembleia à participação ativa dos cidadãos.

Que balanço faz da atuação da Assembleia Municipal no último mandato? Considera que cumpriu plenamente o seu papel de fiscalização e debate político?

O último mandato foi atípico, a Assembleia Municipal exerceu as suas funções num contexto conturbado que afetou o debate político, tendo ocorrido mudanças de presidência da Assembleia e da Câmara. O escrutínio das decisões do executivo foi realizado, numa primeira fase de forma algo protetora do exercício das funções do executivo, não proporcionando grande interesse à população em geral, nem potenciando grandes contributos críticos e construtivos, embora reconheça o esforço para que o debate tenha decorrido com elevação. Considero, no entanto, essencial que a Assembleia Municipal se afirme cada vez mais como um espaço plural e representativo, onde todas as vozes possam ser ouvidas de forma efetiva. Acredito que o nosso desafio é passar de uma fiscalização meramente formal para uma participação mais ativa, capaz de influenciar positivamente as decisões que afetam a vida dos espinhenses.

Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios de Espinho no próximo mandato, e como deve a Assembleia Municipal contribuir para os enfrentar?

Os próximos anos trarão grandes desafios: a habitação acessível, a mobilidade sustentável, a valorização do ambiente e a criação de oportunidades económicas que fixem jovens e atraiam investimento. A Assembleia Municipal deve ser o espaço onde estas prioridades são discutidas de forma séria, transparente e participada, envolvendo a sociedade civil no debate e garantindo que as decisões do executivo municipal respondem às necessidades reais do concelho.

Em termos de transparência e participação cívica, que medidas defende para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos?

Defendo que a Assembleia Municipal transmita em direto e disponibilize online todas as sessões; que sejam criados momentos de auscultação pública antes das grandes decisões estratégicas; que seja reforçado o direito de intervenção do público nas sessões; e que se promovam sessões descentralizadas em diferentes freguesias, para dar voz às comunidades locais. Com estas medidas, a Assembleia deixará de ser um espaço distante e tornar-se-á um verdadeiro fórum de cidadania.

Espinho enfrenta desafios em áreas como habitação, mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico. Em qual destas áreas considera que a Assembleia deve assumir maior protagonismo e porquê?

Todas estas áreas são cruciais, mas considero que a habitação deve assumir maior protagonismo, porque é a base da qualidade de vida. Sem habitação acessível, não conseguimos fixar jovens, apoiar famílias ou atrair talento. A Assembleia Municipal deve acompanhar de perto as políticas de habitação, fiscalizar a sua execução e garantir que não ficam apenas no papel. Ao mesmo tempo, deve ligar este tema à mobilidade e ao desenvolvimento económico, porque todos estes desafios estão interligados.

Se for eleita, quais serão as suas prioridades de intervenção na Assembleia Municipal durante o próximo mandato?

As minhas prioridades serão claras: reforçar a transparência e a participação cívica; defender políticas de habitação que respondam às necessidades das famílias espinhenses; acompanhar os investimentos estratégicos em mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico; valorizar todas as freguesias, garantindo equilíbrio territorial; e tornar a Assembleia Municipal mais próxima das pessoas, mais aberta ao diálogo e mais útil ao futuro de Espinho.



Fausto Neves

“Espinho precisa libertar-se da subordinação ao poder económico para recuperar o seu futuro”

Fausto Neves, pianista e professor aposentado da Universidade de Aveiro, é também investigador, diretor musical do Coro “Amigos da Música” e membro da Comissão Concelhia do PCP e da sua Direção Regional. Cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Espinho, apresenta-se com a ambição de devolver ao órgão deliberativo local mais capacidade crítica e visão estratégica. Na sua perspetiva, o concelho precisa de romper com a dependência de interesses económicos e imobiliários e assumir um projeto de desenvolvimento que fixe jovens, valorize a habitação acessível e prepare Espinho para os desafios ambientais e sociais das próximas décadas.

Que balanço faz da atuação da Assembleia Municipal no último mandato? Considera que cumpriu plenamente o seu papel de fiscalização e debate político?

A Assembleia Municipal de Espinho teve momentos marcantes neste mandato. Destaco o papel do eleito da CDU em três pontos essenciais: evitou que a AM fosse palco de “lavagem de roupa suja” aquando da detenção do presidente socialista, defendendo a legalidade e a dignidade institucional; alertou para a decisão errada sobre o Centro de Saúde de Anta, que acabou por não ser incluído no PRR; e, já na última sessão, travou a votação de um regulamento ilegal sobre a Polícia Municipal. Em geral, a Assembleia cumpriu a sua missão, mas houve desigualdade no acesso à informação entre os partidos representados no executivo e os que só estão na AM, bem como um peso excessivo dos presidentes de junta, muitas vezes mais preocupados em agradar à Câmara do que em defender as suas freguesias.

Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios de Espinho no próximo mandato, e como deve a Assembleia Municipal contribuir para os enfrentar?

Os grandes desafios passam por libertar o concelho da influência dos interesses económicos e imobiliários que, legal ou ilegalmente, têm dominado a política local há décadas. Espinho precisa de travar a regressão e a perda de população e de serviços, apostando na habitação não especulativa, na criação de postos de trabalho e em polos de ensino superior que fixem jovens e atraiam população ativa. É preciso pensar Espinho para lá dos ciclos eleitorais, com visão de futuro e interesse público. A Assembleia Municipal terá de ser espaço para debater estas prioridades e propor soluções, mesmo quando isso contraria os poderes instalados.

Em termos de transparência e participação cívica, que medidas defende para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos?

Defendo mais e melhores momentos de intervenção do público, a manutenção das transmissões em direto, a descentralização das sessões pelas freguesias e a prestação de contas pública no final de cada mandato. Sugiro também a introdução de uma explicação pedagógica no início de cada sessão sobre o seu funcionamento, para aproximar o cidadão comum do processo político, e visitas da Assembleia às escolas secundárias, para promover a literacia democrática junto dos mais jovens.

Espinho enfrenta desafios em áreas como habitação, mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico. Em qual destas áreas considera que a Assembleia deve assumir maior protagonismo e porquê?

Todas as áreas são fundamentais, mas a habitação deve ser a prioridade: sem casas a preços justos não há rejuvenescimento populacional nem futuro para o concelho. A mobilidade é outro ponto crítico: os transportes da UNIR falharam em responder às necessidades da população e é preciso garantir o direito à mobilidade com transportes limpos, acessíveis e adaptados a estudantes e idosos. No ambiente, Espinho tem de proteger os seus “pulmões verdes” e preparar-se para os impactos climáticos. Já o desenvolvimento económico deve assentar num modelo público e participado, e não apenas em cedências aos interesses privados. A Assembleia tem de fiscalizar, propor e exigir políticas coerentes nestes domínios.

Se for eleito, quais serão as suas prioridades de intervenção na Assembleia Municipal durante o próximo mandato?

As nossas prioridades passam por dedicar todo o empenho da CDU ao trabalho na Assembleia, ajudando a pensar o futuro do concelho. Queremos colocar no centro o quadrilátero Juventude–Ambiente–Desporto–Cultura, resolver de forma definitiva o mau enterramento da linha férrea, que sacrificou a zona piscatória e o desenvolvimento a sul, e preparar Espinho para os novos paradigmas turísticos e ambientais. Se continuarmos subordinados ao poder económico decadente, Espinho manterá a trajetória de desastre. Se soubermos pensar com visão e interesse público, poderemos recuperar o espírito pioneiro e moderno que marcou o passado do concelho e que deve inspirar o futuro.



Bruno Morais

“Espinho precisa recuperar os serviços públicos, a habitação e a confiança nos políticos”

Bruno Morais, candidato do Bloco de Esquerda à Assembleia Municipal de Espinho, tem 46 anos e é natural de Paramos, com ligações familiares a Guetim e Grijó. Licenciado em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Porto, exerce funções como Técnico de Emergência Pré-Hospitalar no INEM, sendo também dirigente sindical, presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais da Escola Sá Couto e bombeiro voluntário em Esmoriz. Já com experiência como vogal na Assembleia Municipal, sublinha que a sua prioridade é dar voz aos problemas concretos da população, com propostas para a habitação, os serviços públicos e a transparência política.

Que balanço faz da atuação da Assembleia Municipal no último mandato? Considera que cumpriu plenamente o seu papel de fiscalização e debate político?

A Assembleia Municipal cumpriu formalmente o seu papel de órgão deliberativo e fiscalizador, mas passou por períodos turbulentos, com substituições de elementos e falta de respostas a muitas questões colocadas pelos vogais. Os documentos continuam a chegar com poucos dias de antecedência, dificultando o escrutínio. O Bloco procurou trazer para o debate problemas estruturais de Espinho, como a rede de distribuição de água, a aplicação automática da tarifa social, os preços da habitação e a escassa oferta de habitação pública. Também denunciámos o desinvestimento nos serviços públicos, a falta de pessoal na autarquia e a ausência de manutenção em edifícios municipais como a Nave Desportiva, o FACE ou o Multi-meios. Nem tudo funcionou bem, mas quem confiou no Bloco viu que o seu voto foi honrado: trabalhámos em prol de Espinho e dos espinhenses.

Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios de Espinho no próximo mandato, e como deve a Assembleia Municipal contribuir para os enfrentar?

Espinho precisa de recuperar em todos os aspetos: os seus edifícios municipais, as poucas habitações públicas, as escolas, a rede de abastecimento de água, a massa humana nos serviços e, sobretudo, a confiança nos políticos. Vinte anos sem investir na manutenção e inovação deixaram-nos com uma fatura pesada. A cidade também precisa de uma visão a médio e longo prazo, capaz de aproveitar fundos nacionais e internacionais, porque Espinho tem o maior desequilíbrio orçamental da Área Metropolitana do Porto. Sem planeamento estratégico, continuaremos a ter obras avulsas e sem rumo.

Em termos de transparência e participação cívica, que medidas defende para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos?

Defendemos que todas as reuniões continuem a ser transmitidas online em direto e que as gravações fiquem disponíveis para consulta pública, tal como as atas. Queremos ainda criar um orçamento participativo, municipal e por freguesia, verdadeiramente vinculativo, permitindo que os cidadãos decidam parte do investimento local. A transparência tem de ser regra: todos os contratos e protocolos do município devem estar acessíveis de forma clara no portal da Câmara.

Espinho enfrenta desafios em áreas como habitação, mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico. Em qual destas áreas considera que a Assembleia deve assumir maior protagonismo e porquê?

O tema central é a habitação. Em Espinho, os preços são incomportáveis para quem vive do salário do trabalho e isso expulsa famílias e vitalidade da cidade. É urgente identificar edifícios devolutos e reabilitá-los, reservar parte da habitação nova para arrendamento a custos controlados e implementar medidas concretas. Alertámos para os 127 milhões previstos na Estratégia Local de Habitação: em 2025 não há uma única habitação nova concluída. Sem resolver este problema, não há rejuvenescimento populacional nem futuro sustentável. Mobilidade, ambiente e economia são igualmente importantes, mas têm de estar articulados com esta prioridade.

Se for eleito, quais serão as suas prioridades de intervenção na Assembleia Municipal durante o próximo mandato?

O Bloco continuará a ser uma voz ativa e presente. Queremos acompanhar a execução do programa de quem for eleito para a Câmara, exigindo investimentos racionais e não projetos megalómanos, como o estádio municipal que já consumiu três milhões sem resultado. Vamos insistir na reabilitação e construção de habitação pública, na defesa da transparência e no reforço do investimento no ambiente e na mobilidade sustentável. É preciso mais transportes entre freguesias, ciclovias seguras e uma estratégia ambiental que torne edifícios e espaços públicos mais sustentáveis. Eleger candidatos do Bloco é dar voz às inquietações da população e garantir soluções concretas para Espinho.



Delmar Santos

“Queremos recuperar Espinho com transparência, inovação e uma gestão eficiente”

Delmar Santos, candidato da Iniciativa Liberal à Assembleia Municipal de Espinho, apresenta-se com uma equipa renovada e determinada a devolver dinamismo ao concelho. Natural e residente em Espinho, engenheiro e empresário na área dos sistemas de informação em saúde, acredita que a Assembleia tem de ser mais produtiva e próxima dos cidadãos. Defende eficiência, transparência e simplificação dos processos como pilares para recuperar a confiança política, atrair investimento e criar condições para fixar jovens e famílias.

Que balanço faz da atuação da Assembleia Municipal no último mandato? Considera que cumpriu plenamente o seu papel de fiscalização e debate político?

A Assembleia Municipal revelou-se ineficiente. Apesar de já ser transmitida via YouTube, o que é positivo, perde-se demasiado tempo em intervenções e protestos antes de se abordar a ordem de trabalhos. Resultado: agendas por concluir, sessões adiadas e cidadãos a perderem confiança na instituição. A Iniciativa Liberal defende uma Assembleia focada na sua missão fiscalizadora, com debate político construtivo, objetividade e respeito pelo tempo dos espinhenses.

Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios de Espinho no próximo mandato, e como deve a Assembleia Municipal contribuir para os enfrentar?

Espinho perdeu população jovem e capacidade de atrair investimento. Habitação inacessível, espaço público degradado, urbanismo bloqueado por burocracia e falta de visão estratégica condicionam o futuro da cidade. A Assembleia Municipal deve ser motor de escrutínio e de exigência, propondo soluções liberais: mais autonomia às escolas, manutenção permanente do espaço público, simplificação dos processos urbanísticos e dinamização da economia local.

Em termos de transparência e participação cívica, que medidas defende para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos?

As transmissões existem, mas não chegam. Queremos uma Assembleia eficiente e produtiva. É fundamental cumprir integralmente a ordem de trabalhos, evitando sucessivos adiamentos, e criar um portal de transparência com informação financeira simplificada, decisões publicadas com fundamentação e estado de execução das medidas. A utilização de dados e indicadores deve fundamentar cada decisão, tornando o processo político mais rigoroso e transparente. Defendemos ainda consultas públicas digitais sobre temas estratégicos, evitando burocracia e promovendo um envolvimento real dos cidadãos.

Espinho enfrenta desafios em áreas como habitação, mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico. Em qual destas áreas considera que a Assembleia deve assumir maior protagonismo e porquê?

O urbanismo e a habitação são áreas críticas. O atual modelo é ineficiente, desigual e muitas vezes alvo de suspeitas. A Assembleia deve exigir processos transparentes e ágeis: todos os pedidos visíveis publicamente, prazos definidos e fim dos favorecimentos. Ao desbloquear o urbanismo, libertamos o mercado para aumentar a oferta de habitação e permitir que jovens e famílias voltem a viver em Espinho.

Se for eleito, quais serão as suas prioridades de intervenção na Assembleia Municipal durante o próximo mandato?

As prioridades da Iniciativa Liberal em Espinho passam pela eficiência e transparência, com sessões produtivas, contas claras e dados acessíveis; pela educação, garantindo condições dignas nas escolas e igualdade de oportunidades; e pela manutenção permanente do espaço público, em vez de intervenções pontuais em vésperas eleitorais. A habitação e o urbanismo terão especial atenção, com a simplificação radical dos processos e previsibilidade para todos. Também a cultura e o desporto serão centrais, afirmando Espinho como cidade dinâmica e atrativa, apoiando associações e clubes e promovendo eventos de qualidade. Queremos recuperar Espinho: uma cidade mais livre, moderna e justa, onde o talento e o esforço individual encontrem espaço para florescer.



Aurora Morais

“A Assembleia Municipal deve ser uma casa de vidro, próxima dos cidadãos e atenta a todas as freguesias”

Aurora Morais é candidata pelo Movimento Independente “É por Espinho” à presidência da Assembleia Municipal. Defende uma atuação mais fiscalizadora, transparente e próxima das populações, sublinhando a necessidade de levar o debate político às freguesias e de reforçar a fiscalização na área da habitação, que considera central para o futuro do concelho.

Que balanço faz da atuação da Assembleia Municipal no último mandato? Considera que cumpriu plenamente o seu papel de fiscalização e debate político?

A Assembleia Municipal é um órgão fundamental do sistema democrático português, representando diretamente os cidadãos e as freguesias no exercício da fiscalização e debate político local. No último mandato, reconhecemos o trabalho desenvolvido, mas identificamos margem para aprofundar o papel fiscalizador e a capacidade de interpeção crítica sobre decisões estratégicas do município. É essencial que a Assembleia Municipal não seja apenas um espaço de ratificação, mas um verdadeiro fórum de debate plural, transparente e próximo das preocupações reais dos munícipes.

Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios de Espinho no próximo mandato, e como deve a Assembleia Municipal contribuir para os enfrentar?

Espinho enfrenta desafios estruturais que exigem respostas urgentes e integradas. A habitação é central: com listas de espera significativas, precisamos de pelo menos 150 fogos sociais até 2029 e de recuperar no mínimo 80 imóveis em áreas de reabilitação

urbana. Também as infraestruturas, como a EN 109 e as vias municipais, requerem intervenção imediata. A mobilidade exige um nó de transportes integrado que ligue todas as freguesias ao Porto e a Vila Nova de Gaia, enquanto a rede de abastecimento de água e saneamento carece de modernização integral. Finalmente, é preciso combater o envelhecimento demográfico através de políticas intergeracionais. A Assembleia Municipal deve assumir um papel proativo na fiscalização da execução destes projetos, garantindo que os recursos são aplicados de forma eficiente e que as prioridades correspondem às necessidades reais.

Em termos de transparência e participação cívica, que medidas defende para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos?

A proximidade aos munícipes não é apenas um valor – é uma obrigação democrática. Defendo consultas públicas obrigatórias em todas as grandes obras e decisões estratégicas, bem como sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, realizadas rotativamente nas cinco freguesias, aproximando o debate das comunidades locais. É fundamental criar uma plataforma digital participativa integrada no “Espinho Atento”, que permita aos cidadãos acompanhar deliberações, apresentar sugestões e interpelar diretamente os membros da Assembleia. Relatórios de fiscalização acessíveis, em linguagem clara, devem ser divulgados em todos os canais municipais. Defendo ainda um gabinete de atendimento itinerante da Assembleia, garantindo presença regular em Silvalde, Paramos, Anta e Guetim. A Assembleia Municipal deve ser uma casa de vidro, onde os processos são compreensíveis e os cidadãos sentem que a sua voz é ouvida e valorizada.

Espinho enfrenta desafios em áreas como habitação, mobilidade, ambiente e desenvolvimento económico. Em qual destas áreas considera que a Assembleia deve assumir maior protagonismo e porquê?

Embora todos os desafios estejam interligados, a habitação merece protagonismo especial pela sua dimensão social e pelo impacto direto que tem na vida das famílias. É uma questão de dignidade, saúde e coesão comunitária. Além disso, representa um investimento significativo do orçamento municipal, exigindo fiscalização rigorosa da sua execução. A habitação é também um fator de revitalização: atrai população jovem, dinamiza o comércio local e potencia a coesão intergeracional.

Se for eleita, quais serão as suas prioridades de intervenção na Assembleia Municipal durante o próximo mandato?

As minhas prioridades serão claras. Em primeiro lugar, uma fiscalização territorial ativa, com visitas regulares às cinco freguesias para acompanhar no terreno a execução dos projetos. Em segundo lugar, a defesa da equidade entre freguesias, para que Silvalde, Paramos, Anta e Guetim recebam investimento proporcional e soluções adaptadas às suas realidades. Será também prioridade acompanhar o programa habitacional, com relatórios trimestrais sobre a construção de fogos sociais, recuperação de imóveis e apoio às famílias. A mobilidade será outra área crítica, fiscalizando a implementação do nó de transportes e exigindo carreiras frequentes que liguem efetivamente todas as freguesias ao Porto. Finalmente, pretendo reforçar o envolvimento cidadão, com participação ativa de juntas de freguesia, associações locais e munícipes em cada sessão, e garantir transparência orçamental na distribuição de verbas.

o explicador

“Construir Portugal”: quais são as medidas do novo pacote da Habitação?

Na passada quinta-feira, 25 de setembro, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de medidas que visam aumentar a oferta de habitação no território nacional. Nas palavras do primeiro-ministro, trata-se de um “uma política de choque” para “abalar o mercado”. O pacote inclui benefícios fiscais para inquilinos e senhorios, incentivos à construção e penalizações para quem compra casa sem ser residente no país. Algumas destas medidas ainda terão de passar pela Assembleia da República e só depois poderão entrar em vigor.

O IVA vai mudar na construção de casas?

Sim, e essa é a principal medida. O Governo propõe que a taxa mínima de IVA (6%) seja aplicada à construção de habitação para venda ou arrendamento a preços moderados até 2029. A taxa apenas se aplica nas habitações com um valor de venda até 648 mil euros, enquanto o limite para arrendamento será de 2.300 euros mensais – o que deu aso à polémica “renda moderada”.

Se os preços ultrapassarem esses valores, aplica-se a taxa normal de 23%. No entanto, ainda não foi divulgado como será feito o controlo da aplicação desta taxa reduzida. A Deco Proteste alerta que é necessário definir bem os prazos e as regras, uma vez que os processos de construção e reabilitação podem ser longos e burocráticos.

“Para fomentar o setor, o ministro das Infraestruturas e Habitação anunciou também que já foram emitidos mais de mil vistos para trabalhadores da construção civil”, adianta o Jornal de Negócios.



Deduções em IRS para arrendamento vão aumentar?

Sim. O teto máximo das deduções das rendas em IRS sobe para 900 euros em 2026 e para 1.000 euros em 2027. Deverá manter-se a dedução de 15% do valor pago em rendas.

A Deco Proteste considera que a medida ajuda os inquilinos, mas não resolve o problema das rendas altas. A organização lembra também que continua a não ser possível deduzir os juros dos créditos à habitação contratados ou transferidos desde 2012.

Vai haver isenção de mais-valias em IRS?

Sim. Quem vender uma casa e reinvestir o valor em imóveis destinados a arrendamento a preços moderados (até 2.300 euros por mês) ficará isento do pagamento de mais-valias em IRS. Contudo, a Deco Proteste lembra (e bem) que este teto de 2.300 euros, usado para definir “renda moderada”, não tem em conta as diferenças entre grandes cidades e o interior.

Os senhorios vão pagar menos IRS?

A taxa de IRS para senhorios que pratiquem rendas moderadas deverá baixar de 25% para 10%. Contudo, ainda é preciso clarificar como esta redução será aplicada em conjunto com a regra em vigor, que já prevê taxas mais baixas quanto maior for a duração dos contratos de arrendamento.

Há mudanças no adicional ao IMI?

Sim. Os proprietários de habitação destinada a arrendamento até 2.300 euros ficarão isentos do pagamento do adicional ao imposto municipal sobre imóveis (AIMI).

Quem vai pagar mais IMT?

O Governo quer agravar o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) para os compradores de habitação que não sejam residentes em Portugal. Ainda não foi anunciado o valor do agravamento. Em princípio, emigrantes portugueses e residentes (portugueses ou estrangeiros) não serão penalizados.

O que acontece a seguir?

Paralelamente, o Governo adiantou que está em negociações com a banca para facilitar o acesso ao crédito à habitação e ao financiamento para construção. O primeiro-ministro sublinhou também que todas as medidas foram delineadas de forma a assegurar equilíbrio orçamental e a preservação de excedentes nos próximos anos. As medidas ainda não foram publicadas em Diário da República e algumas terão de ser aprovadas pelo Parlamento. Além disso, o Governo anunciou que está a preparar novas medidas para a habitação, que deverão ser apresentadas em dezembro.

Fontes consultadas: Portal do Governo, Deco Proteste e Jornal de Negócios

PUB

AQUÁRIO MARISQUEIRA D'ESPINHO
60 ANOS

Tel.: 22 732 1000 R. 4 540, Espinho

TATTOO PIERCING

RUA 33 N340
ESPINHO 917 366 503

Horto da Jú

Rua 31, nº 887
Espinho
T. 227 310 707
hortodaju@gmail.com
f /hortodaju1991

desporto



SC ESPINHO VENCE POR TRÊS BOLAS NA DESLOCAÇÃO A ÁGUEDA

O Sporting Clube de Espinho continua a marcar ritmo no principal campeonato de futebol distrital de Aveiro. Na deslocação a Águeda, a formação espinhense venceu a equipa da casa por três bolas a zero, com os golos de João Santos, Pedro Santos, e Wilson Rodrigues.

O golo inaugural surgiu cedo, numa jogada construída a partir da defesa e pelo corredor esquerdo: André Couto e Willy trabalharam para colocar a bola na grande área adversária, onde João Santos estava para finalizar e abrir o marcador aos oito minutos.

Pouco tempo depois, aos 13 minutos, Pedro Santos ampliou a vantagem com um cabeceamento na sequência de um pontapé de canto. Aquele que foi o terceiro e último golo da partida chegou ainda no decorrer da primeira parte – aos 40 minutos –, novamente a partir do corredor esquerdo. Num rápido contra-ataque, Wilson Rodrigues mostrou a sua eficácia na finalização, concretizando a assistência prestada pelo cruzamento de Ricardo Rodrigues.

Durante a segunda parte, o SC Espinho soube gerir a vantagem confortável de três

golos e o marcador não sofreu alteração até ao apito final.

Neste sentido, os 'tigres' conquistaram a sua terceira vitória no campeonato, com um total de nove pontos, e ocupam o quarto posto, atrás da AD Ovarense e Fiães SC – ambos com 10. O CD Estarreja que, até ao momento, apenas conhece o sabor da vitória, lidera a competição com 12 pontos.

Na próxima jornada, agendada para 5 de outubro, às 15h30, o SC Espinho recebe o Fiães SC, no Campo Joaquim Domingos Maia (Nogueira da Regedoura).

EV-Peraltafil soma pódios em Caldas de S. Jorge e participa na Maratona de Berlim

A equipa de atletismo de Espinho, EV-Peraltafil, esteve em evidência em três competições internacionais e nacionais, com Renato Sousa em destaque na Maratona de Berlim e vários atletas a conquistar lugares de topo em

provas realizadas em Leça do Balio e Caldas de São Jorge.

Na Maratona de Berlim, uma das provas mais prestigiadas e concorridas do Mundo, Renato Sousa alcançou a meta em duas horas e 36 minutos. O atleta terminou no 285.º lugar da classificação geral, ficou em 64.º no escalão Sénior e concluiu a prova como o terceiro português melhor classificado.

Em Leça do Balio, na prova Beactive, Manuel Bessa destacou-se ao alcançar o quarto

posto da classificação geral.

Já no Grande Prémio de Caldas de São Jorge, a EV-Peraltafil apresentou-se com quatro atletas. Vítor Santos venceu o escalão M45 (sexto na geral) e Manuel Bessa voltou a brilhar com o terceiro lugar no escalão M50. A equipa contou ainda com Joaquim Pereira e Nuno David, que reforçaram a presença espinhense na competição.

Sporting de Espinho recebe Santa Clara na 3.ª eliminatória da Taça de Portugal

O Sporting Clube de Espinho vai defrontar o Santa Clara, da Liga Portugal Betclic, na 3.ª eliminatória da Taça de Portugal Generali Tranquilidade. O sorteio decorreu esta quinta-feira, na Cidade do Futebol, e ditou a recepção dos tigres da Costa Verde ao emblema açoriano.

Os jogos da 3.ª eliminatória estão marcados para os dias 18 e 19 de outubro e marcam a entrada em prova das equipas da Liga Portugal Betclic, que disputarão todos os encontros na condição de visitante.

Caso ultrapasse o Santa Clara, o Sporting de Espinho já conhece o caminho seguinte: na 4.ª eliminatória, encontrará o vencedor do duelo entre o UF Comércio e Indústria e o SC Vianense, ambos do Campeonato de Portugal.

PUB

Tel.: 224 951 894
Rua 23 N°50 4500 - 802 Espinho



DR: FPF

Há "surf para todos" em Espinho com evento de surf adaptado

No próximo dia 9 de outubro, a praia de Espinho vai receber uma iniciativa dedicada à inclusão através do desporto, com a realização de um evento de surf adaptado promovido pela Surfaddict - Associação Portuguesa de Surf Adaptado.

Sob o lema "Levar o surf a todos", a ação tem como objetivo proporcionar a pessoas com diferentes tipos de limitações a oportu-

nidade de experimentar a sensação de deslizar sobre as ondas, contando com técnicos especializados, treinadores, voluntários e parceiros locais que asseguram as condições de segurança.

Fundada em 2012, a Surfaddict foi a primeira associação de surf adaptado em Portugal e é considerada uma das pioneiras na Europa. Ao longo da última década, já realizou centenas de eventos em praias de norte a sul do país, promovendo a inclusão através do contacto com o mar e da prática desportiva.

A iniciativa em Espinho está inserida no projeto Academia Ativa - Surf Para Tod@s,

A equipa da Novasemente/Cavalinho empatou este fim de semana frente ao GD Árvore (2-2), em jogo da 4.ª jornada da Liga Feminina Placard, disputado no Pavilhão Municipal Napoleão Guerra.

Com este resultado, a formação espinhense soma agora sete pontos, fruto de duas vitórias, um empate e uma derrota, ocupando o terceiro lugar da tabela classificativa. À frente seguem invictos o SL Benfica e o GCR Nun'Álvares, ambos com 12 pontos.

Na próxima jornada, agendada para sábado, 4 de outubro, a Novasemente terá uma deslocação de grande exigência ao reduto do SL Benfica, atual líder, que soma quatro vitórias em outros tantos jogos e apresenta já um impressionante registo de 31 golos marcados e apenas um sofrido. O encontro está marcado para as 21h00, no Pavilhão n.º 2 do clube encarnado.

um programa social ligado aos desportos de deslize que visa melhorar a qualidade de vida dos seus beneficiários. Integrado no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto, o projeto é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, através do investimento "Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas", sendo promovido pelo Município de Espinho e organizado pela Associação Maré.

A participação no evento é gratuita e requer inscrição prévia através do formulário disponível online.

PUB

PUB INST

CiNANiMa 25

49º FESTIVAL
INTERNACIONAL
DE CINEMA DE
ANIMAÇÃO

49th INTERNATIONAL
ANIMATED FILM
FESTIVAL



ORGANIZAÇÃO NASCENTE-COOPERATIVA DE ACÇÃO CULTURAL, CRL / CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

www.cinanima.pt

7 | 16 NOV. 2025

**ESPINHO
PORTUGAL**

© 2024. Design / JOÃO MACHADO